



O JN e a pluralidade no debate sobre a Reforma da Previdência no governo Temer

Érika Letícia de Oliveira Rodrigues¹

Resumo: O pluralismo enquanto referencial de atuação do jornalismo nas sociedades democráticas parte do entendimento do papel da atividade jornalística como instituição capaz de promover e mediar debates públicos. O conceito, no entanto, pode ser abordado na mídia informativa a partir de uma multiplicidade de perspectivas. O pluralismo associado ao conteúdo transmitido - pluralidade de pontos de vistas - se configura no jornalismo como conceito normativo que tanto orienta a atuação quanto permite avaliar o desempenho dos sistemas de mídia (KARPPHEN, 2013). Reconhecendo a centralidade do conceito nas reflexões sobre a performance jornalística, este artigo apresenta uma avaliação experimental da qualidade da cobertura do Jornal Nacional (JN) sobre a proposta de reforma da Previdência (PEC 287/2016) - apresentada pelo governo Temer - a partir do requisito da pluralidade.

Palavras-chave: pluralidade jornalística; jornalismo político; qualidade editorial

1. Introdução

A consolidação do jornalismo como sistema social autônomo, a partir do século XX, configura-se com o estabelecimento de valores, regras de atuação, definições sobre a natureza da atividade, conhecimento acumulado, discurso de autolegitimação social e deontologia própria; tais definições passaram a determinar os parâmetros e os princípios do trabalho jornalístico em sociedades democráticas (GOMES, 2008; GUERRA, 2005). Esse movimento, em que o jornalismo migra da expressão de opiniões de pequenos grupos e se constitui enquanto instituição, também acarreta responsabilidades sociais relativas à expectativa do público quanto a atividade de mediação, como

¹ Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: elor.jor@gmail.com

independência, imparcialidade e objetividade (BENEDETI, 2009). Há ainda, neste contexto, a incorporação de ideais democráticos como liberdade, universalidade e pluralidade (BENEDETI, 2009).

A clareza das responsabilidades e da função do jornalismo nas sociedades democráticas funciona como embasamento para as críticas quanto à qualidade da atuação, entendendo qualidade a partir da relação de correspondência entre o que se espera da atividade jornalística e o que os meios de comunicação de massa entregam para a audiência, e incorporando nesse processo as peculiaridades do produto notícia. Visto que, o texto noticioso não é meramente expositivo, carrega em si compromissos sociais com a verdade, confiabilidade, pluralidade, interesse público, isenção, equilíbrio e independência (BENEDETI, 2009).

O ideal, ou requisito, do pluralismo na mídia informativa, está relacionado a uma noção de sociedade advinda das democracias modernas. Bobbio afirma que “a sociedade real, subjacente aos governos democráticos, é pluralista” (2017, p.43). O autor explica que a vida política dos cidadãos nas sociedades democráticas se organiza a partir de grupos, e esses grupos contrapostos e concorrentes possuem relativa autonomia diante do governo central (BOBBIO, 2017). Essa realidade configura uma sociedade centrífuga, em que há a confluência de diversos centros de poder, e o pluralismo seria, então, condição e efeito das democracias contemporâneas (BOBBIO, 2017).

Os debates sobre diversidade e pluralismo compreendem a saúde dos regimes democráticos enquanto governos e organizações sociais que prezam pela deliberação a partir dos estímulos as discussões dos diferentes pontos de vista que coexistem nas sociedades (MORAIS, 2012). Tal concepção tem importância central nas sociedades caracterizadas pela garantia da liberdade de informação e, nesse contexto, os meios passam a ser entendidos como um dos espaços públicos mais propícios para a expressão do pluralismo e da diversidade (MORAIS, 2012).

No jornalismo, a pluralidade consiste em “equacionar meios para a expressão equilibrada de perspectivas e valores distintos, de maneira que possíveis similaridades e contradições sejam evidenciadas” (ROTHBERG, 2011, p.83). Essa tarefa representa trazer o conflito e as contradições de uma situação para as notícias, explicitando para a audiência a complexidade que o debate sobre determinado assunto exige e permi-

tindo que cada cidadão possa conhecer a amplitude do problema e decidir qual posição melhor lhe representa.

Concebendo a importância do pluralismo, tanto quanto critério técnico-profissional como expressão dos processos de deliberação nas democracias, o artigo se volta para o conceito a partir da expressão da pluralidade de pontos de vista e apresenta o diagnóstico de uma avaliação experimental sobre a cobertura da proposta de emenda à Constituição - PEC 287/2016 - sobre a reforma da Previdência pelo *Jornal Nacional*. Diante da possibilidade de avaliar de maneira experimental a pluralidade dos conteúdos exibidos, este artigo apresenta um esforço teórico de aproximação entre fundamentos da democracia e da pluralidade jornalística e um esforço metodológico, no que se refere a pesquisa aplicada, ao contribuir para o aperfeiçoamento do software Qualijor².

2. Pluralismo

O pluralismo representa um valor estrutural nas teorias da democracia e nos sistemas de mídia. Com a configuração de sociedades mais complexas e diversificadas, passou-se a exigir que os espaços de informação, de discussão pública e de opinião fossem capazes de contemplar todas as microesferas que convivem na democracia (MARTINS, 2015), bem como contribuir com a formação de um público esclarecido e capaz de opinar nos processos decisórios (BENEDETI, 2009). E é nessa tentativa de equalizar as novas demandas sociais que são firmados acordos pluralistas tanto na esfera política – visando funcionar como um sistema de freios e contrapesos e impedir a concentração do poder – como no âmbito dos meios de comunicação de massa – evitando a uniformidade e a concentração (MCQUAIL, 2012). Nesse contexto, o jornalismo se situou ainda como instituição responsável por instruir o público e auxiliar de maneira decisiva no exercício da cidadania (BENEDETI, 2009).

O entendimento do pluralismo nos *media* é um dos fatores que separam o Modelo de Participação Democrática do Modelo de Competitividade, por exemplo. No primeiro, o pluralismo é considerado um valor essencial e deve ser utilizado como guia

² Software de gestão da produção jornalística desenvolvido pelo Laboratório de Estudos em Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) liderado pelo professor Josenildo Luiz Guerra.

para atuação de qualquer meio de comunicação (MARTINS, 2015). Já para a segunda abordagem (competitividade), o pluralismo é entendido como um valor que deve ser gerado por outras instituições da sociedade e não pelas Indústrias de Mídia (MARTINS, 2015).

As várias noções relacionadas ao pluralismo nos *media* estão presentes também na produção acadêmica sobre o tema, em que o valor é frequentemente associado a “diversidade de operadores”, “pluralismo dos meios de comunicação” ou “concorrência plural” (MARTINS, 2015). O conceito pode ainda se manifestar como interno/externo, cultura/político, estrutural/conteúdo, polarizado/moderado, organizado/espontâneo e reativo/interativo/proativo (WIMMER, 2011, p.3). E há ainda outras abordagens que direcionam a compreensão a partir do tipo de mensagem apresentada no conteúdo: pluralismo político – associado a diversidade de opiniões políticas e perspectivas sobre a sociedade – e o pluralismo cultural – relacionado à possibilidade de expressão de grupos sociais que representam diferentes culturas (MARTINS, 2015)

No entanto, tanto no campo acadêmico quanto no campo das políticas públicas, o pluralismo tem sido associado, principalmente, a estrutura do ambiente de comunicação de massa (pluralismo externo) e ao conteúdo transmitido (pluralismo interno) (WIMMER, 2011). De maneira objetiva, o pluralismo externo faz referência ao ambiente midiático onde existe ampla concorrência entre os diferentes veículos, agentes e estruturas de comunicação (WIMMER, 2011). O pluralismo interno, por sua vez, é entendido como a presença da diversidade de valores, interesses e atores políticos e sociais no interior de um mesmo veículo (HUMANES E MONTERO, 2013). O grau de pluralismo, tanto interno quanto externo, caracteriza os meios de comunicação de massa em sua relação com os sistemas políticos (HUMANES E MONTERO, 2013).

Fundamentado em um dos princípios estruturais do modelo liberal de democracia, a pluralidade de pontos de vista e perspectivas na mídia informativa - pluralismo interno - é por vezes considerada um valor intrínseco e devido a isso sua necessidade se tornaria tão óbvia que dispensaria explicações (KARPPINEN, 2013). Porém, a forma como esse conceito é entendido nas lógicas de atuação pode variar bastante ou mesmo servir a propósitos divergentes. Essa amplitude de entendimento e aplicação também



torna complicada a tarefa de mensurar o pluralismo na prática midiática (KARPPINEN, 2015).

3.1 Qualijor: Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ)

A análise da pluralidade através do software Qualijor permite gerar o Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ). Em uma cobertura, o IPJ é mensurado como consequência da relação entre os pontos de vista concorrentes analisados dentro de uma Matriz de Problemas (previamente construída pelo pesquisador). Na matriz, cada problema tem identificados seus pontos de vista em conflito. Cada matéria é analisada segundo o problema que aborda, a partir dos relatos de ponto de vista nela existentes.

Para determinar o IPJ deve-se dividir os relatos de pontos de vista com menor ocorrência pelos relatos de ponto de vista em conflito de maior ocorrência (GUERRA, 2017). Por exemplo, se, em um determinado problema, houve 10 relatos de Posição 1 e sete relatos de posição 2, divide-se 7/10 e identifica-se o IPJ de 0,7, considerado de médio equilíbrio (ver quadro 1). Isso significa que para cada dez relatos do Ponto de Vista 1, há sete relatos do Ponto de Vista 2. A partir dos dados levantados é possível determinar a capacidade do veículo analisado em representar, no produto noticioso, os inúmeros conflitos e os respectivos pontos de vista acionados na cobertura de um tema (GUERRA, 2017).

A aplicação do Qualijor no que se refere às análises de pluralidade se realiza a partir das seguintes etapas: a) cadastro da produção jornalística no sistema; b) configuração das matrizes de problemas e relatos; c) cadastros das retrancas e sub-retrancas (manchetes das notícias) ; d) inserção dos relatos (unidades de informação); e) inserção de indicadores de qualidade editorial; e f) extração do Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ) (GUERRA, 2015). Após calcular o IPJ os resultados são comparados com o padrão de conformidade previamente definido na metodologia a fim de determinar o nível de equilíbrio de cada produção noticiosa.

Quadro 1: Padrão de conformidade de matérias e coberturas com base no Índice de Pluralidade

Grau de Pluralidade						
Muito parcial	Parcial	Baixo equilíbrio	Médio baixo equilíbrio	Médio equilíbrio	Médio alto equilíbrio	Alto equilíbrio



IPJ <0,25	0,25 ≤ IPJ >0,5	0,5 ≤ IPJ > 0,6	0,6 ≤ IPJ >0,7	0,7 ≤ IPJ >0,8	0,8 ≤ IPJ >0,9	IPJ ≥ 0,9
--------------	--------------------	--------------------	-------------------	----------------	----------------	-----------

Fonte: Guerra e Lins (2014)

3.2 A Matriz de Problemas e Pontos de Vista

A proposta de desenvolvimento experimental da pesquisa, no âmbito da metodologia do “Qualijor”, tem início com a construção da Matriz de Problemas. Esta é uma ferramenta que objetiva sistematizar os assuntos relacionados ao tema analisado na cobertura jornalística (GUERRA, 2017). A matriz funciona como um panorama, um mapa geral do tema e das perspectivas que o envolvem, bem como as possibilidades de conflito que eles suscitam e os atores envolvidos em cada posição (GUERRA, 2017). Na etapa de avaliação da cobertura, a Matriz de Problemas funciona como um parâmetro a respeito das questões que deveriam ter sido exploradas nas notícias, pelo veículo, para apresentar adequadamente a amplitude e complexidade do assunto (GUERRA, 2017).

Os temas que compõem a Matriz de Problemas sobre a reforma da Previdência foram mapeados através da cobertura do veículo analisado, nesse caso o *Jornal Nacional*, e da leitura de documentos que permitissem compreender as discussões sobre a reforma da Previdência na agenda governamental e na agenda pública. Neste artigo, apresentamos a sistematização da PEC 287/16 em problemas (questões mais específicas relativas ao tema) e as transformações na proposta ao longo do período analisado - já que o texto inicial foi submetido a duas alterações. Para dar conta da análise a matriz de Problemas (e por consequência o procedimento de avaliação da cobertura) foi subdividida em três fases. Essas fases apresentam não apenas as alterações no texto da proposta, como também a evolução dos pontos de vista em disputa ao longo do período analisado.

Quadro 2: Matriz de Problemas e Pontos de Vista

Reforma da Previdência

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
3 a 6 de Novembro de 2020



<p>Macroproblema: A PEC 287/2016 deve ser aprovada?</p>	<p>Macro [Posição] 1: A PEC deve ser aprovada [A reforma é necessária nesses termos para garantir a sustentabilidade do regime de previdência e preservar direitos] Principais atores: Governo Federal; Políticos da base aliada</p> <p>Macro [Posição] 2: A PEC deve ser aprovada com ressalvas</p> <p>Macro [Posição] 3: A PEC não deve ser aprovada [A reforma agrava a desigualdade social e provoca forte impacto negativo nas economias dos pequenos municípios brasileiros] Principais atores: Políticos da oposição, entidades de classe</p>		
<p>Problemas</p>	<p>Evolução da proposta</p>		
<p>Problema 1: Regra permanente de acesso</p>	<p>Posição 1: Para ter acesso ao benefício, o trabalhador teria de alcançar 65 anos de idade e 25 de contribuição. Com idade de acesso igual para homens e mulheres.</p> <p>Posição 2 (ou Crítica 1): Equiparar a idade entre homens e mulheres amplia desigualdades visto que, a mulher desempenha múltiplas funções; Amplia vulnerabilidade de mulheres pobres, negras e moradoras de periferia, normalmente submetidas a empregos informais.</p> <p>Fim da aposentadoria por tempo de contribuição A população mais pobre terá mais dificuldade de se aposentar já que o aumento do tempo de contribuição afeta quem está</p>	<p>Posição 1: A idade de acesso fica diferente para as mulheres, que poderão obter a aposentadoria a partir dos 62 anos. Para os homens, continua a regra dos 65 anos. Tempo mínimo de contribuição: 25 anos</p> <p>Crítica 1: Fim da aposentadoria por tempo de contribuição. A proposta retarda o momento da aposentadoria.</p>	<p>Posição 1: Tempo mínimo de contribuição: 15 anos para o trabalhador privado e 25 anos servidor público (aposentadoria parcial)</p> <p>Crítica 1: O novo texto ainda deixa os trabalhadores em situação de vulnerabilidade, principalmente em decorrência das mudanças advindas da Reforma Trabalhista.</p>

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
 3 a 6 de Novembro de 2020



		sujeito a informalidade e ao desemprego.		
	Problema 2: Regras de transição	Posição 1: Vale para homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos); aplica-se acréscimo de 50% do sobre o tempo de contribuição faltante com base na regra antiga. Servidor público: Homens 50 anos ou menos e mulheres com menos de 45 anos se aplica a regra geral. Crítica 1: Retarda o momento da aposentadoria para todos.	Não muda	Não muda
	Problema 3: Cálculo do benefício	Posição 1: O tempo mínimo de contribuição sobe de 15 para 25 anos (condicionado a uma idade mínima); 49 anos de contribuição para receber o benefício integral. Crítica 1: Para se aposentar com o benefício integral será preciso começar a trabalhar em média aos 16 anos e não ficar desempregado durante esse período. A nova regra tornaria a aposentadoria integral praticamente impossível.	Não muda.	Posição 1: Novo cálculo do valor da aposentadoria, começando de 60% para 15 anos de contribuição até 100% para 40 anos. Crítica 1: Vincular tempo de contribuição e idade mínima para acesso ao benefício pode afetar negativamente as pessoas que mais precisam. *A nova regra de cálculo pode reduzir as aposentadorias em 15% já que inclui no cálculo os 20% menores salários. (“gatilho demográfico” - vai elevar a idade mínima de aposentadoria no Brasil em 1 ano sempre que a expectativa de vida aumentar).
	Problema 4: Servidores Públicos	Posição 1: Todos os trabalhadores teriam de seguir a regra padrão definida pela reforma	Posição 1: os homens continuam a se aposentar aos 65 anos. As mulheres,	Posição 1: O tempo mínimo de contribuição passa para 25 anos, enquanto os empregados do setor privado precisariam cumprir os atuais 15 anos.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
3 a 6 de Novembro de 2020

		<p>(caso fosse aprovada pelo Congresso Nacional): 65 anos de idade e 25 de contribuição.</p> <p>Crítica 1: Reforma da Previdência ataca direitos dos servidores públicos. Tem o objetivo de dificultar a aposentadoria para os servidores públicos</p>	<p>passam a ter direito ao benefício a partir dos 62. Para professores, a idade de acesso à aposentadoria caiu para 60 anos e, para os policiais, 55.</p> <p>OBS: Esse grupo terá regras de transição específicas</p> <p>Crítica 1: Reforma da Previdência reduz direitos dos servidores públicos e mantém privilégios em alguns setores da sociedade.</p>	<p>Crítica 1/Posição 2: A nova versão da reforma prejudica os servidores públicos. Intenção do governo de entregar a previdência complementar do funcionalismo a bancos privados.</p>
	<p>Problema 5: Benefícios de prestação continuada (BPC)</p>	<p>Posição 1: A idade mínima para ter acesso passou para 70 anos. Os benefícios continuados perderiam a vinculação com o salário mínimo.</p> <p>Crítica 1: A proposta abre a possibilidade de o benefício ser inferior a um salário mínimo. Atrasa o acesso ao benefício voltado a população carente. *A proposta reduz a cobertura e amplia a vulnerabilidade de renda de idosos e de pessoas com deficiência.</p> <p>Posição 2: É preciso manter o benefício vinculado ao salário mínimo e manter a idade mínima de</p>	<p>Posição 1: A vinculação com o salário mínimo será mantida. A idade mínima para ter acesso também foi alterada: passou de 70 anos para 65.</p> <p>OBS: Essa idade, no entanto, mudará com o decorrer dos anos. A partir de 2020, ela começa a aumentar gradualmente até alcançar os 68 anos.</p> <p>Crítica 1: Elevar a idade para acesso ao BPC é considerar o benefício uma política previdenciária e não uma política de assistência social destinada a reduzir a pobreza de</p>	<p>Não muda.</p>

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
3 a 6 de Novembro de 2020



		65 anos.	idosos e pessoas com deficiência sem outra fonte de renda mínima.	
Problema 6: Pensões	<p>Posição 1: Seriam desvinculadas do salário mínimo e passaria a ser proibido acumular mais de um benefício, como aposentadoria e pensão.</p> <p>O texto define que a pensão deixa de ser integral, passando a 50% do valor do benefício do segurado falecido mais 10% por dependente.</p> <p>Crítica 1: Cidadãos que tenham unicamente a pensão como fonte de renda poderão viver com renda inferior a um salário mínimo.</p>	<p>Posição 1: O novo texto mantém a vinculação ao salário mínimo e permite uma acumulação de benefícios, mas desde que limitado a dois salários mínimos.</p> <p>A pensão deixa de ser integral, passando a 50% do valor do benefício do segurado falecido mais 10% por dependente.</p> <p>Crítica 1/Posição 2: A pensão deve continuar sendo integral. Não pode acumular uma somatória de sua aposentadoria e a pensão por morte que some mais de 2 salários mínimos. A outra opção que a pessoa tem é escolher o maior entre os dois benefícios, ou a pensão ou a sua própria aposentadoria</p>	Não muda.	
Problema 7: Trabalhador rural	<p>Posição 1: Os trabalhadores rurais devem seguir a regra geral. Seria exigido uma contribuição para esses trabalhadores.</p>	<p>Posição 1: A idade de aposentadoria dos homens cai de 65 anos para 60 e das mulheres, para 57.</p>	<p>Posição 1: O trabalhador contribuirá com um percentual sobre a receita de sua produção, de forma facultativa. Deverá comprovar o tempo de contribuição</p> <p>Crítica 1: A nova proposta traz recuos em relação ao texto</p>	

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
3 a 6 de Novembro de 2020

		<p>Crítica 1: A idade mínima para ter acesso ao benefício é elevada se considerada a natureza do trabalho.</p> <p>*Ao tornar obrigatória a contribuição muitos trabalhadores terão dificuldade para se aposentar.</p>	<p>O tempo de contribuição recua de 25 anos para 15.</p> <p>O texto mantém a cobrança de uma contribuição sobre o salário mínimo.</p> <p>Crítica 1: Antes, esses trabalhadores precisavam comprovar 15 anos de atividade rural para obter a aposentadoria, agora terão que comprovar 15 anos de contribuição. Essa norma pode inviabilizar a aposentadoria do pequeno produtor.</p>	<p>anterior, mas não elimina os riscos negativos a esses trabalhadores.</p> <p>*O governo deveria discutir com cada Estado formas de facilitar o recolhimento da alíquota.</p> <p>*A proposta não considera as especificidades da agricultura de subsistência (não gera excedentes para comercialização) e fatores naturais que influenciam na produção (Seca).</p> <p>* Antes, esses trabalhadores precisavam comprovar 15 anos de atividade para obter a aposentadoria, agora terão que comprovar 15 anos de contribuição.</p>
	<p>Problema 8: Políticos</p>	<p>Posição 1: Seriam obrigatoriamente vinculados ao regime geral de Previdência. Cada ente federativo iria definir as regras de transição.</p> <p>Crítica 1: Embora a reforma preveja que os políticos seguirão a regra geral, isso só valerá para os novos eleitos.</p> <p>*Não há prazo para que os políticos aprovelem as regras de transição.</p> <p>*Possibilidade de que os políticos façam adesão à previdência complementar, que viabiliza aposen-</p>	<p>Posição 1: A nova proposta define que o parlamentar federal terá direito a aposentadoria aos 60 anos. A partir de 2020, essa idade começa a subir gradualmente até chegar aos 65 anos para homens e 62 para as mulheres.</p> <p>Crítica 1: Possibilidade de que os políticos façam adesão à previdência complementar, que viabiliza aposentadoria acima do teto do INSS.</p>	<p>Não muda.</p>

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
 3 a 6 de Novembro de 2020



		tadoria acima do teto do INSS.		
	Problema 9: DRU (Desvinculação das Receitas da União)	<p>Posição 1: As receitas previdenciárias continuam sendo submetidas</p> <p>Posição 2: As receitas previdenciárias deveriam deixar de ser submetidas à</p>	<p>Posição 1: As receitas previdenciárias continuam sendo submetidas</p> <p>Posição 2: As receitas previdenciárias deveriam deixar de ser submetidas à DRU</p>	Posição 1: Receitas previdenciárias deixam de ser submetidas à DRU
	Problema 10: Militares	<p>Posição 1: O texto da reforma não inclui os militares. De acordo com o secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, existe a possibilidade de alteração por meio de um projeto de lei que ainda não está pronto e não tem previsão de quando será realizado.</p> <p>Versão 1: Os militares representam 45% do déficit em 2015 e 44% em 2016</p> <p>Posição 2: Uma reforma da Previdência precisa incluir os militares.</p> <p>Versão 2: o pagamento de militares da reserva não pressiona a Previdência, porque eles são pagos com recursos do orçamento das Forças Armadas</p>	Não muda.	Não muda.

4. Resultados: Pluralidade sobre a reforma da Previdência

A análise da discussão sobre a reforma da Previdência compreende o período entre 5 de dezembro de 2016 e 19 de fevereiro de 2018, intervalo em que o Governo Federal apresentou a proposta e tentou articular a sua aprovação na Câmara do Deputados. Ao todo, foram identificadas 63 notícias sobre o tema, mas após uma triagem que desconsiderou as notas (sem imagens de apoio) chegou-se ao *corpus* final de 54 matérias.

O eixo de análise da cobertura sobre a reforma da Previdência é composto pelas alterações sugeridas pelo Governo Federal a partir da Proposta de Emenda à Constituição – PEC – 287/16. No geral, a PEC prevê mudanças em oito artigos sobre a Seguridade Social e estabelece regras de transição. Dentre elas: a extinção da aposentadoria por tempo de serviço, elevação da idade e do tempo de contribuição para homens e mulheres, novas regras para pensões e benefícios assistenciais e regras de acesso para os trabalhadores rurais.

Considerando, de maneira geral toda a discussão é possível ter uma dimensão do alinhamento dos pontos de vista que estiveram presentes no debate e observar a evolução do Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ) durante os quatorze meses de análise (Quadro 3)

Quadro 3 – Pontos de vista sobre o Macroproblema na cobertura do JN

Macroproblema: A PEC 287/2016 deve ser aprovada?		
Fase 1: Apresentação da proposta		
Tipo de relato	Nº de matérias	Nº de relatos
Relato de Macro Posição 1	3	3
Relato de Posição 1	12	52
Relato de Versão 1	1	1
TOTAL ALINHADOS 1 (T1)	16	56
Relato de Macro Posição 2	1	2
Relato de Posição 2	2	3
Relato de Crítica 1	5	19
TOTAL ALINHADOS 2 (T2)	8	24
IPJ	0,5	0,4
Fase 2: Primeira alteração na proposta		
Tipo de relato	Nº de matérias	Nº de relatos
Relato de Macro Posição 1	6	12



Relato de Opinião 1	2	2
Relato de Posição 1	11	28
TOTAL ALINHADOS 1	19	42
Relato de Macro Posição 2	1	1
Relato de Posição 2	3	4
Relato de Crítica 1	4	4
TOTAL ALINHADOS 2	8	9
IPJ	0,4	0,2
Fase 3: Segunda alteração na proposta		
Tipo de relato	Nº de matérias	Nº de relatos
Relato de Macro Posição 1	13	22
Relato de Opinião 1	1	1
Relato de Posição 1	12	31
Relato de Crítica 2	1	1
TOTAL ALINHADOS 1	27	55
Relato de Macro Posição 2	1	1
Relato de Posição 2	5	8
TOTAL ALINHADOS 2	6	9
IPJ	0,2	0,2

A dinamicidade do macroproblema, ocasionada pelas alterações na proposta ao longo do período analisado, fez com que as posições em disputa se aglutinam ao longo dos meses de cobertura. Dessa forma, levando em conta essas particularidades, optou-se por calcular o IPJ também por fase.

Quadro 4 – Evolução do IPJ por fase de cobertura

Macroproblema: A PEC 287/2016 deve ser aprovada?	Fase 1	Fase 2	Fase 3
IPJ por Matéria	0,5	0,42	0,26
IPJ por Relato	0,42	0,21	0,16

O quadro 4 demonstra que toda a cobertura do *Jornal Nacional* sobre o Macroproblema foi, em alguma medida, parcial. Na fase de apresentação da proposta (Fase 1) o Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ) por matéria é 0,5 enquanto o IPJ por relato é 0,42. A fase 1 apresenta os melhores índices quanto a pluralidade na cobertura do macroproblema; os piores índices de pluralidade se encontram na fase correspondente a segunda alteração na proposta (Fase 3). Poder-se-ia supor que as mudanças no texto da PEC e a incorporação de argumentos que faziam parte de outras posições fossem as responsáveis por índices de pluralidade tão baixos na terceira fase de cobertura. No entanto, é necessário ressaltar que mesmo durante essa fase, o debate público sobre as alte-



rações propostas pelo Governo Federal na Seguridade Social não é consensual. Dessa forma, seria desejável que a cobertura apresentasse também os demais pontos de vista.

4.1 Pluralidade sobre a Regra Permanente de Acesso da PEC 287/16

A regra permanente de acesso (Problema 1) foi um dos tópicos da reforma que mais sofreu alterações. Na primeira fase, ou fase de apresentação da proposta de reforma da Previdência, que compreende o período entre dezembro de 2016 e abril de 2017, o *Jornal Nacional* dedicou 13 matérias e 54 unidades informativas ao tema.

Quadro 5 - Relação entre pontos de vista do problema “Regra Permanente de Acesso” (Fase 1)

Problema 1: Regra Permanente de Acesso (fase 1)		
Tipo de relato	Nº de matérias	Nº de relatos
Relato de Macro Posição 1 - A PEC deve ser aprovada [A reforma é necessária nesses termos para garantir a sustentabilidade do regime de previdência e preservar direitos]	2	2
Relato de Posição 1 - Para ter acesso ao benefício, o trabalhador teria de alcançar 65 anos de idade e 25 de contribuição.	8	20
Relato de Macro Posição 2 - A PEC deve ser aprovada com ressalvas.	1	2
Relato de Posição 2 - Equiparar a idade entre homens e mulheres amplia desigualdades visto que, a mulher desempenha múltiplas funções	2	3
Relato de Crítica 1 - Fim da aposentadoria por tempo de contribuição/Equiparar a idade entre homens e mulheres amplia desigualdades	4	18

O debate proposto pelo *Jornal Nacional* na primeira fase de cobertura sobre a Regra Permanente de Acesso da PEC 287/16 foi equilibrado. A pluralidade variou entre o Médio Equilíbrio e entre Médio Alto Equilíbrio; com Índices de Pluralidade Jornalística (IPJ) por matéria e por relato iguais a 0,7 e 0,95, respectivamente.

Quadro 6 - Relação entre pontos de vista do problema “Regra Permanente de Acesso” (Fase 2)

Problema 1: Regra Permanente de acesso		
Tipo de relato	Nº de matérias	Nº de relatos
Relato de Macro Posição 1 - A PEC deve ser aprovada	5	10
Relato de Posição 1 - A idade de acesso fica diferente para as mulheres. Tempo mínimo de contribuição: 25 anos	10	20



Relato de Opinião 1 – Homens e mulheres terão acesso a aposentadoria com 25 anos de contribuição, porém a idade mínima não será mais equiparada	1	1
Relato de Posição 2 - A proposta retarda o momento da aposentadoria.	3	4
Relato de Crítica 1 - Fim da aposentadoria por tempo de contribuição.	2	2

Na segunda fase de cobertura – entre os meses de abril e novembro de 2017 – a situação de equilíbrio apresentada no início das discussões pelo *JN* já não é mais uma realidade. As matérias publicadas nesse período se encontram em uma zona de parcialidade. O Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ) por matéria é de 0,31 (parcial) enquanto o IPJ por relato é 0,19 – muito parcial.

Quadro 7 - Relação entre pontos de vista do problema “Regra Permanente de Acesso” (Fase 3)

Problema 1: Regra Permanente de acesso		
Tipo de relato	Nº de matérias	Nº de relatos
Relato de Macro Posição 1 - A PEC deve ser aprovada	13	22
Relato de Posição 1 - Tempo mínimo de contribuição: 15 anos para o trabalhador privado e 25 anos servidor público (aposentadoria parcial), idade diferentes para o acesso de homens e mulheres.	9	13
Relato de Opinião 1 - Homens e mulheres terão acesso a aposentadoria parcial com 15 anos de contribuição (trabalhador privado) e 25 anos (servidor público)	1	1
Relato de Macro Posição 2 - A PEC deve ser aprovada com ressalvas.	1	1

Os índices de pluralidade seguem em declínio também na terceira etapa de cobertura – após a segunda alteração do Governo Federal na proposta de reforma da Previdência. Nesta etapa, o *Jornal Nacional* esteve na zona de alta parcialidade com IPJs praticamente nulos. De novembro de 2017 a fevereiro de 2018, o *JN* teve o IPJ por matéria igual 0,04 e o IPJ por relato igual a 0,02.

Quadro 8 – Evolução do IPJ no Problema 1

Problema 1: Regra Permanente de acesso	Fase 1	Fase 2	Fase 3
IPJ por Matéria	0,7	0,31	0,04
IPJ por Relato	0,95	0,19	0,02

No quadro acima é possível perceber a evolução dos IPJs ao longo das três fases de cobertura sobre a Regra Permanente de Acesso da Reforma da Previdência do Governo Temer.

5. Considerações finais

Neste trabalho, cujo objetivo foi mensurar o grau de pluralidade da cobertura do *Jornal Nacional* sobre a reforma da Previdência, reforçamos a compreensão do jornalismo enquanto instituição indispensável para a saúde dos governos democráticos. Partimos de um entendimento que considera uma relação direta entre a qualidade da atividade jornalística e a saúde das democracias.

A pluralidade foi adotada como o referencial crítico da qualidade da prática jornalística. Antes da análise empírica, abordamos algumas das dimensões e interpretações do conceito. Ressaltando não apenas a sua importância enquanto um valor jornalístico, mas também a sua conexão com a noção de debate público desejável nas democracias. Dentro do espectro de possibilidades de investigação do pluralismo na mídia situamos esse trabalho nas investigações sobre o pluralismo interno, considerado a partir da atuação do jornalismo no que se refere à formação de uma arena para o contraditório, ponderando a exposição dos pontos de vista.

Para determinar então como a pluralidade se manifestou efetivamente na cobertura da reforma da Previdência apresentada pelo *Jornal Nacional* ao longo de um ano e dois meses, optamos por utilizar o software Qualijor. Sua utilização, nesta pesquisa, teve um duplo objetivo: permitiu manipular uma quantidade extensa de dados e contribuiu para testar a efetividade do sistema para fins de avaliação da qualidade da produção jornalística – já que o software ainda se encontra em fase de aperfeiçoamento.

A análise nos mostrou que a cobertura do *Jornal Nacional* sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16 se manteve predominantemente parcial. A maioria dos eixos polêmicos de discussões sobre o tema foi apresentado a partir de um dos pontos de vista – nesse caso o defendido pelo Governo Federal (autor da proposta) e políticos da base aliada fazendo com o que a cobertura do JN, em muitos casos, apenas reafirmasse o discurso oficial.

Entre exposição parciais de pontos de vista e silenciamentos em torno de temas do rol da Seguridade Social, as matérias e reportagens exibidas no Jornal Nacional ao longo do período analisado não expressaram a complexidade real das discussões em torno da proposta de reforma da Previdência do governo Temer. Tais escolhas editoriais ocasionaram duplo prejuízo: em nível jornalístico o veículo desconsidera um valor essencial para a prática da profissional – valor este que inclusive se encontra expresso nos Princípios Editoriais do Grupo Globo; e em nível de experiência democrática a qualidade da mediação do *JN* sobre o tema não atende aos requisitos esperados de uma comunicação que busca ser um fórum de debates e orientar a tomada de decisões nas sociedades.

Referências

BENEDETTI, Carina. **A qualidade jornalística: do conceito à prática**. Série jornalismo a rigor. Florianópolis: Insular, 2009.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia** – Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

GUERRA, Josenildo. Instituição e Organização Jornalística: uma distinção conceitual. *In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2005

_____. Qualijor – sistema de gestão da produção jornalística orientado para a qualidade editorial. *In: 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, Campo Grande – UFMS – novembro de 2015.

_____. **Gestão da Qualidade em Organizações Jornalísticas: um panorama inicial**. Relatório de pesquisa CNPq, 2017.

GUERRA, Josenildo; LINS, Alanna. Índice de Pluralidade Jornalística (IPJ): testando uma metodologia para avaliação de qualidade editorial. *In: 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 2014

HUMANES, María; MONTERO, María. La Calidade del pluralismo interno en la TDT. *In: MOMPART, J; LOZANO, J; SAMPIO, D. (Eds). La Calidad Periodística: teorías, investigaciones y sugerencias profesionales*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2013.

KARPPINEN, Kari. **Rethinking Media Pluralism**: A Critique of Theories and Policy Discourses. New York: Fordham University Press, 2013

_____. **The Limits of Empirical Indicators**. Media Pluralism and Diversity. Concepts, Risks and Global Trends, 287–296. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015

MARTINS, Luis. **Concentração de mídia e pluralismo**: a imprensa portuguesa no contexto da União Europeia. Coleção Labcom, 2015

MCQUAIL, Denis. **A atuação da mídia**: comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012.

MORAIS, Maria Elisa. **Pluralismo e diversidade nos *media* em Portugal** – a blogosfera política em rede. 2012. Tese de doutorado

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo Público**. São Paulo: Unesp, 2011.

WIMMER, Miriam. Pluralismo e diversidade nos meios de comunicação de massa: sobre consensos e contendas. *In: Revista Brasileira de Políticas de Comunicação*. n 6. p 1-13, 2011.